REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PELO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE IMPORTANCE OF ACCESS TO ESSENTIAL MEDICINES THROUGH BRAZIL'S POPULAR PHARMACY PROGRAM: AN INTEGRATIVE REVIEW

Breno Gomes de Oliveira
Discente do Curso de Farmácia do
Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM.
Email: brenofarma2002@gmail.com

Rafaela de Oliveira Nóbrega
Mestra em Ciências Naturais e Biotecnologia.
Docente do Curso de Farmácia do
Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM.
E-mail: rafaelaonobregaa@gmail.com

Carla Islene de Holanda Moreira
Especialista em Saúde Mental e Docência do Ensino Superior.
Docente do Curso de Farmácia do
Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM.
E-mail: carlaholandamoreira@hotmail.com

José Guilherme Ferreira Marques Galvão
Doutor em Farmacologia de Produtos Naturais.
Docente do Curso de Farmácia do
Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM.
Email: 000676@fsmead.edu.br

Resumo

O acesso universal e equitativo a medicamentos essenciais constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação do direito à saúde no Brasil, sobretudo diante das persistentes desigualdades socioeconômicas que restringem o tratamento adequado de doenças entre populações de baixa renda. Nesse contexto, o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), instituído em 2004, consolidou-se como uma estratégia relevante de política pública voltada à ampliação do acesso da população a medicamentos por meio da oferta subsidiada ou gratuita em farmácias da rede conveniada. Diante dessa realidade, o presente estudo teve como objetivo destacar, por meio de uma revisão da literatura, a importância do PFPB na promoção do acesso a medicamentos essenciais por grupos socialmente vulneráveis. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em uma revisão integrativa da literatura científica, realizada nas bases

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

SciELO, PubMed e Medline, utilizando descritores controlados nos idiomas português e inglês, combinados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”. Os principais descritores empregados foram: “Farmácia Popular”, “populações de baixa renda” e “políticas públicas de saúde”. A busca contemplou publicações entre 2015 e 2025, restringindo-se à seleção de artigos revisados por pares, disponíveis na íntegra e pertinentes à temática proposta. Os resultados apontaram que o PFPB tem desempenhado papel essencial na redução das desigualdades no acesso a medicamentos, ao contribuir para a diminuição dos custos de tratamento para famílias de baixa renda e ao fortalecer a equidade no sistema público de saúde. Conclui-se que, embora o programa tenha alcançado avanços expressivos, persistem desafios estruturais e de gestão que limitam sua plena eficácia e abrangência nacional, evidenciando a necessidade de aprimoramento contínuo das políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica no país.
Palavras Chave: Essenciais; Farmácia Popular; Políticas Públicas.

Abstract

Universal and equitable access to essential medicines is one of the fundamental pillars for the realization of the right to health in Brazil, especially in the face of persistent socioeconomic inequalities that restrict adequate disease treatment among low-income populations. In this context, the Brazilian Popular Pharmacy Program (PFPB), established in 2004, has consolidated itself as a relevant public policy strategy aimed at expanding the population's access to medicines through subsidized or free provision in pharmacies of the affiliated network. Given this reality, the present study aimed to highlight, through a literature review, the importance of the PFPB in promoting access to essential medicines for socially vulnerable groups. This is a qualitative, descriptive study based on an integrative review of the scientific literature, carried out in the SciELO, PubMed and Medline databases, using controlled descriptors in Portuguese and English, combined with the Boolean operators "AND" and "OR". The main descriptors used were: “Popular Pharmacy”, “low-income populations”, and “public health policies”. The search included publications between 2015 and 2025, restricting itself to the selection of peer-reviewed articles, available in full and relevant to the proposed theme. The results indicated that the Popular Pharmacy Program (PFPB) has played an essential role in reducing inequalities in access to medicines, contributing to the reduction of treatment costs for low-income families and strengthening equity in the public health system. It is concluded that, although the program has achieved significant progress, structural and management challenges persist that limit its full effectiveness and national reach, highlighting the need for continuous improvement of public policies aimed at pharmaceutical assistance in the country.
Keywords: Essentials; Popular Pharmacy; Public Policies.

1. Introdução

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

O acesso a medicamentos constitui um dos desafios sociais mais complexos enfrentados pelos governos, especialmente naqueles que adotam sistemas de saúde universais, onde a oferta de medicamentos essenciais deve ser garantida a toda a população (Silva; Caetano, 2015). No Brasil, a saúde é reconhecida como um direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, estabelecendo a responsabilidade do Estado na formulação e execução de políticas públicas que assegurem esse direito de forma universal, integral e equitativa. Em consonância com esse princípio, a Portaria n.º 3.196 de 1998 reforça a medicação como um direito de todos e um dever do Estado, destacando a necessidade de garantir o acesso contínuo e adequado a medicamentos, sobretudo para os grupos mais vulneráveis (Brasil, 1998).

No entanto, qualquer planejamento ou política relacionada a medicamentos se torna consideravelmente difícil de ser colocado em prática em um país como o Brasil, que tem quase 200 milhões de habitantes e enfrenta grandes desigualdades tanto entre as regiões quanto dentro delas (Santos-Pinto; Costa; Osório-De-Castro, 2011). Na ausência de políticas públicas que garantam a distribuição gratuita de medicamentos, os custos desses produtos recaem diretamente sobre as pessoas e suas famílias, se tornando financiados privadamente. Logo, essa situação, em muitos casos, gera uma despesa inesperada, que compromete diretamente outras necessidades básicas, levando as pessoas a reavaliar seus gastos, vender bens ou até mesmo se endividar o que afeta diretamente a qualidade de vida da população mais vulnerável.

Criado em 2004, o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) surgiu como uma iniciativa estratégica voltada à ampliação do acesso a medicamentos essenciais, isto é, aqueles considerados indispensáveis para atender às necessidades básicas de saúde da população, tanto nas ações de prevenção quanto no tratamento de doenças prevalentes, como hipertensão, diabetes e asma (Siqueira et al., 2022). Medicamentos como losartana, metformina, insulina, salbutamol e levodopa, entre outros, exemplificam os fármacos disponibilizados pelo programa (Vera *et al.,* 2018). Em outras palavras, trata-se de uma política pública brasileira baseada no copagamento de medicamentos, cuja finalidade é ampliar o acesso da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

população aos medicamentos básicos e essenciais, reduzindo o impacto dos gastos com saúde no orçamento familiar (Siqueira; Mota, Lima, 2022).

Nesse sentido, o PFPB foi criado para complementar a entrega dos medicamentos disponíveis nas Farmácias Básicas e funcionou de duas maneiras até 2017 (Almeida *et al.,* 2019). Inicialmente, este estabeleceu-se por meio de uma rede própria de farmácias administradas pelo governo (Alencar *et al*., 2018), a qual se deu início em 2004 e encerrada em 2017 (Trindade, 2018). Posteriormente, a segunda é reconhecida como uma rede conveniada que está em operação desde março de 2006, propondo o aproveitamento da ampla presença das farmácias e drogarias privadas para distribuir medicamentos com copagamento desde 2011, além disso, também oferece gratuitamente medicamentos para hipertensão diabete e asma.

Em 2017, mais de 47 milhões de brasileiros foram beneficiados, demonstrando sua relevância na ampliação do acesso a medicamentos essenciais (Paschoalino *et al.,* 2022). Além disso, a capilaridade do programa foi ampliada ao longo dos anos, alcançando mais de 30 mil estabelecimentos credenciados distribuídos em 4.338 municípios em todo o país, garantindo maior cobertura e facilitando o acesso da população aos medicamentos subsidiados (Brasil, 2018). Por conseguinte, a iniciativa do programa permite que a população tenha acesso a medicamentos a preços reduzidos ou, em alguns casos, gratuitamente (Ruppenthal; Petrovick, 2010).

Dessa forma, o Programa Farmácia Popular do Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da equidade no acesso a medicamentos essenciais, especialmente para as populações de baixa renda que enfrentam barreiras financeiras no cuidado à saúde (Siqueira; Mota, Lima, 2022). Ao complementar a distribuição realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a iniciativa reduz significativamente os impactos dos custos com medicamentos no orçamento familiar, garantindo maior segurança e continuidade nos tratamentos (Vera *et al.,* 2018). A ampliação do programa ao longo dos anos demonstra sua eficácia na melhoria da qualidade de vida da população, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica. Por conseguinte, a manutenção e o fortalecimento da Farmácia Popular são fundamentais para garantir que o direito à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

saúde seja plenamente assegurado, contribuindo para um sistema de saúde mais acessível, inclusivo e eficiente.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo destacar a relevância do Programa Farmácia Popular do Brasil na ampliação do acesso a medicamentos fundamentais para as comunidades de baixa renda, evidenciando seu impacto na promoção da justiça social, na consolidação do direito à saúde e na efetividade das políticas de assistência farmacêutica no país.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa. Tal metodologia permitiu reunir, organizar e sintetizar resultados provenientes de estudos anteriores sobre o tema central deste trabalho, possibilitando uma análise crítica do conhecimento já produzido. O objetivo consistiu em identificar avanços, lacunas e desafios relacionados ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), de modo a contribuir para o aprimoramento da compreensão acerca de sua implementação e de seus impactos sociais, econômicos e sanitários.

A etapa inicial da pesquisa compreendeu a realização de buscas sistemáticas em bases de dados científicas reconhecidas, como *a Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a *United States National Library of Medicine (PubMed)* e a *Medline*. Em seguida, realizou-se a triagem e seleção dos estudos, garantindo que os materiais analisados atendessem aos critérios de qualidade e pertinência temática.

O recorte temporal estabelecido abrangeu publicações entre os anos de 2015 e 2025, de forma a assegurar a atualidade e a relevância das evidências. A estratégia de busca utilizou descritores controlados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e pelo *Medical Subject Headings* (MeSH), nos idiomas português e inglês. Termos como “acesso a medicamentos”, “Farmácia Popular”, “populações de baixa renda” e “políticas públicas de saúde” foram combinados por meio dos operadores booleanos *“AND”* e *“OR”,* ampliando o alcance e a precisão dos resultados obtidos.

Tabela 1: Método de busca nas bases de dados Scielo, Pubmed e Medline

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	Nº DE ARTIGOS POR BASE DE DADOS
A) “Farmácia Popular” AND “Acesso a Medicamentos” “Popular Pharmacy” AND “Access to Medicines”	28 (SciELO) 172 (PubMed) 65 (Medline)
B) “Farmácia Popular” AND “Políticas Públicas de Saúde” “Popular Pharmacy” AND “Public Health Policies”	19 (SciELO) 138 (PubMed) 42 (Medline)
C) “Acesso a Medicamentos” AND “Populações de Baixa Renda” “Access to Medicines” AND “Low-Income Populations”	22 (SciELO) 110 (PubMed) 37 (Medline)
D) “Farmácia Popular” AND “Impactos Sociais e Econômicos” “Popular Pharmacy” AND “Social and Economic Impacts”	11 (SciELO) 96 (PubMed) 18 (Medline)
E) “Farmácia Popular” AND “Acesso a Medicamentos” AND “Políticas Públicas de Saúde” “Popular Pharmacy” AND “Access to Medicines” AND “Public Health Policies”	6 (SciELO) 25 (PubMed) 9 (Medline)

Total: 788 publicações.

Como critérios de inclusão, foram considerados apenas estudos disponíveis na íntegra, revisados por pares, publicados nos idiomas português ou inglês e dentro do período delimitado, desde que apresentassem pertinência direta com os objetivos da pesquisa. Foram excluídos artigos duplicados, de acesso restrito, fora do intervalo temporal definido, publicados em outros idiomas ou que não se enquadrassem na categoria de artigos científicos, como dissertações, teses, editoriais, cartas ao editor e resumos de eventos acadêmicos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

Os dados coletados foram organizados e analisados de forma sistemática, buscando garantir a clareza e a consistência das informações obtidas. A análise de conteúdo foi conduzida em etapas sucessivas, envolvendo a identificação do tipo de estudo, a descrição dos objetivos e a síntese dos principais achados relacionados à estrutura, às limitações e aos impactos do Programa Farmácia Popular do Brasil.

No que se refere à estrutura e operacionalização do PFPB, observou-se que a organização administrativa e logística do programa constitui um dos principais fatores para a sua efetividade. A articulação entre o poder público e a rede privada de farmácias possibilitou a descentralização da oferta de medicamentos, ampliando o alcance do programa em diferentes regiões do país. Contudo, também se identificaram entraves burocráticos e desigualdades regionais na distribuição dos recursos, o que compromete parcialmente a equidade na oferta dos benefícios.

No segundo eixo de análise, relacionado aos desafios e limitações na promoção do acesso contínuo e eficaz a medicamentos essenciais, a revisão evidenciou dificuldades recorrentes na manutenção do fornecimento regular de medicamentos, na fiscalização das unidades credenciadas e na integração entre o PFPB e outras políticas públicas de saúde. A carência de estratégias de monitoramento e avaliação, somada à insuficiência de repasses financeiros, mostrou-se um dos maiores entraves à consolidação de um sistema realmente acessível e sustentável.

Por sua vez, o terceiro eixo abordou os impactos sociais e econômicos do programa na vida de populações de baixa renda, destacando os benefícios concretos do PFPB para famílias que dependem de medicamentos de uso contínuo. Verificou-se que o programa contribuiu significativamente para a redução de gastos com tratamentos e para o fortalecimento da autonomia dos usuários no cuidado à saúde. Em muitos casos, o acesso facilitado a medicamentos essenciais representou uma melhoria real na qualidade de vida, sobretudo entre idosos, trabalhadores informais e pessoas com doenças crônicas.

A partir dessa organização analítica, foi possível desenvolver uma abordagem crítica e coerente com os objetivos da pesquisa, permitindo compreender o papel do Programa Farmácia Popular do Brasil como uma política pública que, embora

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

apresente limitações operacionais, tem impacto expressivo na consolidação do direito à saúde e na promoção da equidade no acesso a medicamentos. Os resultados obtidos indicam a importância de se aperfeiçoar a gestão, ampliar a transparência e fortalecer o vínculo entre ciência e formulação de políticas públicas, garantindo a continuidade e a eficácia dessa iniciativa essencial à população de baixa renda.

3. Resultados e Discussão

Durante a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas diferentes combinações de palavras-chave, seguindo os critérios de inclusão definidos anteriormente, para garantir que a revisão fosse feita de forma consistente. A busca inicial encontrou um total de 800 publicações, dos quais se destacam 66 artigos na base LILACS, 671 no PubMed e 63 no SciELO, cobrindo estudos tanto nacionais quanto internacionais sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB).

A Tabela 2 reúne as informações referentes aos artigos selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Nele, estão organizados os autores, os tipos de pesquisa e os objetivos centrais de cada estudo, permitindo visualizar de forma sintética e comparativa as contribuições metodológicas e analíticas que fundamentam a discussão acerca do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Tabela 2 - Informações sobre os artigos selecionados para a pesquisa.

AUTOR E ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PESQUISA	OBJETIVO
Alencar et al., 2018.	Análise Política.	Analisar a origem, os desdobramentos e as inflexões do Programa Farmácia Popular do Brasil sob uma perspectiva política.
Almeida et al., 2019.	Estudo Observacional.	Avaliar o impacto do Programa Farmácia Popular sobre a saúde de pacientes com doenças crônicas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

Almeida & Rocha, 2023.	Estudo Descritivo.	Analisar o processo de inclusão de novos medicamentos no Programa Farmácia Popular.
Avelino, Magalhães e Leitão, 2020.	Estudo Jurídico-Analítico.	Examinar a interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a obrigatoriedade do fornecimento de medicamentos no contexto da judicialização da saúde.
Borchio, Rezende, Zocratto, 2021.	Revisão Integrativa.	Analisar a literatura sobre direito à saúde, racionalidade e judicialização entre 1988 e 2020.
Brasil, 1988.	Documento Legal.	Estabelecer os princípios e direitos fundamentais à saúde previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.
Cantini et al., 2024.	Estudo de Caso.	Investigar a relação entre a Política Nacional de Medicamentos e a judicialização no município de São Borja entre 2020 e 2021.
De Oliveira et al., 2019.	Revisão de Literatura.	Discutir perspectivas e desafios no acesso a medicamentos em sistemas universais de saúde.
Ferreira, 2017.	Estudo Econômico.	Avaliar os efeitos do copagamento de medicamentos sobre a saúde no Brasil no âmbito do Programa Aqui Tem Farmácia Popular.
Jacinto, 2021.	Trabalho Acadêmico.	Apontar os benefícios do Programa Farmácia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

		Popular do Brasil na ampliação do acesso a medicamentos.
Martins, 2019.	Análise Jurídica.	Refletir sobre o fornecimento judicial de medicamentos não incluídos em atos normativos do SUS.
Mattos et al., 2019.	Estudo Qualitativo.	Analisar a percepção dos gestores públicos sobre a assistência farmacêutica e o Programa Farmácia Popular.
Moraes et al., 2022.	Estudo Descritivo.	Investigar a cobertura das políticas públicas e o acesso a medicamentos no Brasil.
Nunes et al., 2023.	Estudo Descritivo.	Analisar as políticas públicas de medicamentos e sua relação com a lista de medicamentos essenciais.
Paschoalino et al., 2021.	Estudo Quantitativo.	Analisar os determinantes da utilização do Programa Farmácia Popular no Brasil.
Santos-Pinto et al., 2011.	Estudo Observacional.	Investigar o perfil de acesso ao Programa Farmácia Popular e o fornecimento público de medicamentos.
Souza et al., 2024.	Revisão de Literatura.	Discutir a importância do Programa Farmácia Popular na atenção básica à saúde.
Silva & Caetano, 2015.	Estudo Descritivo.	Caracterizar e avaliar a evolução do Programa Farmácia Popular entre 2004 e 2012.
Siqueira et al., 2022.	Revisão de Literatura.	Analisar o acesso a medicamentos por pacientes com doenças crônicas por meio do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

		Programa Farmácia Popular.
Trindade, 2018.	Análise Jurídica.	Discutir o encerramento da Rede Própria do Programa Farmácia Popular à luz do princípio da proibição do retrocesso social.
Vera et al., 2018.	Estudo de Base Sistêmica.	Aplicar uma perspectiva de sistema de saúde para compreender a evolução do Programa Farmácia Popular no Brasil.

Fonte: O autor, 2025.

Os resultados obtidos a partir da análise da literatura revelam que o PFPB ocupa posição relevante na consolidação das políticas nacionais de acesso a medicamentos, especialmente diante das desigualdades estruturais que caracterizam o sistema de saúde brasileiro. Como afirmam Alencar et al. (2018), a criação do programa surge como resposta às limitações históricas da assistência farmacêutica no SUS, articulando-se diretamente com os princípios constitucionais de universalidade e integralidade.

Esse entendimento é reforçado por Silva e Caetano (2015), que apontam que a evolução do PFPB entre 2004 e 2012 foi marcada por aprimoramentos nos critérios de financiamento, na regulação das farmácias conveniadas e na ampliação da oferta de medicamentos essenciais. Estudos mais recentes, como o de Souza et al. (2024), reafirmam a relevância do PFPB como instrumento de redução das desigualdades territoriais no acesso, sobretudo para populações economicamente vulneráveis.

A literatura também evidencia impactos significativos sobre a saúde da população, especialmente no que se refere ao tratamento de doenças crônicas. Almeida et al. (2019) demonstram que a ampliação do acesso a medicamentos via PFPB contribui para a redução de complicações, hospitalizações e agravamentos clínicos em pacientes hipertensos e diabéticos. De forma complementar, Ferreira (2017) destaca que o sistema de copagamento durante fases anteriores do programa reduziu os custos diretos para pacientes de baixa renda, ampliando a adesão

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

terapêutica e promovendo maior equidade no acesso. As evidências obtidas convergem para uma compreensão aprofundada e articulada de que o PFPB se consolida como uma estratégia relevante no enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), responsáveis por elevadas taxas de morbimortalidade no Brasil conforme exposto por Cantini et al. (2024).

No campo sociopolítico, diferentes autores problematizam tensões relacionadas à governança e à sustentabilidade do programa. Avelino, Magalhães e Leitão (2020) observam que a judicialização do acesso a medicamentos evidencia fragilidades das políticas farmacêuticas, sobretudo quando decisões judiciais obrigam o fornecimento de medicamentos fora das listas oficiais do SUS. Essa visão é compartilhada por Santos-Pinto et al. (2011), que discutem como demandas judiciais podem gerar distorções orçamentárias e comprometer o planejamento das ações farmacêuticas.

Martins (2019) e Borchio, Rezende e Zocratto (2021) reforçam que tais desequilíbrios impactam a racionalidade na alocação de recursos, comprometendo a equidade e a sustentabilidade financeira do programa. Trindade (2018), por sua vez, destaca que disputas políticas e interesses econômicos permeiam a formulação e manutenção das listas de medicamentos, o que pode influenciar a efetividade das políticas públicas.

A discussão sobre a lista de medicamentos também se revela central. Almeida e Rocha (2023) afirmam que a atualização periódica dos fármacos ofertados é essencial para garantir a coerência do PFPB com o perfil epidemiológico brasileiro. Nunes et al. (2023) destacam que a seleção de medicamentos essenciais não se restringe somente à dimensão técnica, mas também a interesses econômicos e disputas políticas, especialmente em um setor fortemente influenciado pela indústria. Nesse sentido, Siqueira et al. (2022) destacam que a adequação do elenco às necessidades reais da população é determinante para a eficiência da assistência farmacêutica no âmbito do PFPB. Dessa forma, Paschoalino et al. (2021) revelam ainda que o uso do programa está associado a determinantes socioeconômicos, indicando desigualdades na sua efetividade entre diferentes grupos populacionais.

Quanto à articulação do PFPB com a Atenção Básica, Mattos et al. (2019)

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

apontam que gestores municipais e estaduais percebem fragilidades na integração entre o programa e os serviços do SUS, o que pode limitar seu impacto. Vera et al. (2018), sob a ótica dos sistemas de saúde, afirmam que a efetividade do PFPB depende de coordenação entre financiamento, logística, educação em saúde e vigilância sanitária, dimensões ainda marcadas por fragmentação.

Além disso, a literatura destaca que a efetividade do PFPB não pode ser dissociada das condições estruturais do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que diz respeito à organização das redes de atenção e à capacidade do Estado de garantir condições equânimes de acesso. Jacinto (2021) observa que, embora o programa represente um dos principais instrumentos federais para ampliação da assistência medicamentosa, sua atuação ainda enfrenta limitações relacionadas à descontinuidade administrativa, à falta de integração com programas locais de saúde e à dependência do setor privado conveniado.

A partir disso, essa perspectiva reforça a necessidade de alinhamento entre as diretrizes do PFPB e os princípios constitucionais de universalidade e integralidade previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Moraes et al. (2022) também apontam que a ausência de mecanismos padronizados de monitoramento e avaliação dificulta a identificação de lacunas no fornecimento de medicamentos, comprometendo a capacidade de resposta do programa diante das mudanças no perfil epidemiológico da população brasileira.

Diante do conjunto de evidências analisadas, torna-se evidente que o Programa Farmácia Popular do Brasil constitui-se como um instrumento essencial para a efetivação das políticas públicas de acesso a medicamentos, ampliando a capacidade do SUS de responder às necessidades de saúde da população, especialmente das camadas socialmente vulneráveis. Por conseguinte, os estudos revelam que o programa contribui para reduzir desigualdades históricas no provimento de medicamentos essenciais e desempenha papel estratégico na prevenção e controle de doenças crônicas, favorecendo a diminuição de complicações clínicas e o fortalecimento da adesão terapêutica.

Contudo, desafios persistem, incluindo fragilidades na governança, disputas político-econômicas que influenciam a seleção de fármacos e limitações estruturais

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

relacionadas à dependência da rede privada conveniada, elementos que impactam diretamente a efetividade e a equidade do PFPB.

Assim, torna-se imprescindível o aprimoramento contínuo do programa, com investimentos voltados à ampliação da oferta de medicamentos, à integração efetiva com a Atenção Básica e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A consolidação do PFPB como política pública sustentável exige avanços administrativos e regulatórios, bem como o compromisso do Estado com os princípios constitucionais de universalidade, integralidade e equidade que orientam o SUS. Portanto, ao reafirmar sua relevância para a garantia do direito à saúde, a literatura indica que o fortalecimento do PFPB representa caminho fundamental para reduzir disparidades territoriais, promover justiça social e assegurar o acesso contínuo e qualificado a medicamentos essenciais no Brasil contemporâneo.

4. Conclusão

O conjunto de evidências analisadas nesta revisão integrativa demonstra que o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) atua como um eixo estruturante da política de acesso a medicamentos, contribuindo de forma decisiva para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da universalidade no SUS, especialmente no cuidado às Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Ao ampliar a disponibilidade e a regularidade do tratamento farmacológico, o programa favorece maior adesão terapêutica, menor ocorrência de complicações clínicas e redução de internações evitáveis, consolidando-se como uma estratégia de proteção social com impacto direto na morbimortalidade e na qualidade de vida dos usuários.

Apesar dos avanços, persistem desafios que limitam sua efetividade, como fragilidades na governança, judicialização do acesso, influência de interesses político-econômicos e dependência da rede privada conveniada, evidenciando a necessidade de aprimoramentos contínuos, sobretudo na articulação com a Atenção Básica, na equidade territorial e nos mecanismos de monitoramento. Assim, conclui-se que o PFPB permanece indispensável para a consolidação do direito à saúde e que seu fortalecimento exige decisões governamentais orientadas pela sustentabilidade, racionalidade gerencial e promoção da justiça social, garantindo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

um sistema de assistência farmacêutica mais robusto, inclusivo e resolutivo no contexto brasileiro.

Referências

ALENCAR, T. DE O. S.; ARAÚJO, P. S.; COSTA, E. A. BARROS, R. D.; LIMA, Y. O.R.; PAIM, J. S.; Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise política de sua origem, seus desdobramentos e inflexões. **Saúde debate**, Vol. 42, p. 159-172, 2018. https://doi.org/10.1590/0103-11042018S211.

ALMEIDA, A. T. C.; SÁ, E. B. DE.; VIEIRA, F. S.; SÁ, R. P. DE S. E. Impacto do Programa Farmácia Popular do Brasil sobre a saúde de pacientes crônicos. **Saúde Pública**, Vol. 53, p. 220-228, 2019.

ALMEIDA, J. R.; ROCHA, L. C. Inclusão de novos medicamentos no Programa Farmácia Popular. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 78, n. 2, p. 120-130, 2023.

AVELINO, J. S.; MAGALHÃES, R. C.; LEITÃO, M. C. A judicialização da saúde no Brasil: análise do entendimento do supremo tribunal federal sobre a obrigatoriedade no fornecimento de medicamentos. **Revista Ciências Sociais Aplicadas**, v.20, n.39, p.213-231,2020. Disponível em:https://erevista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/25297. Acesso em: 09 de agosto de 2025.

BORCHIO, F. D. D.; REZENDE, M. C. B.; ZOCRATTO, K. B. F. Direito à saúde, racionalidade e judicialização: uma revisão integrativa da literatura de 1988 a 2020, **Cadernos Iberos Americanos de Direito Sanitário**, v.10, n.4, p.176-196, 2021. Disponível em: https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/669. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

CANTINI, A. H.; COSTA, D. M. DA.; PINTO, M. A Política Nacional De Medicamentos E A Judicialização No Município De São Borja (2020-2021). **EPISTIMONIKI: Revista de Educação, Práticas Interdisciplinares e Inovação Científica**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 01–14, 2024. DOI: 10.56579/epistimoniki.v1i2.11. Disponível em: https://revistas.luminascholar.org/epistimoniki/article/view/11. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

DE OLIVEIRA, L.C. F.; DO NASCIMENTO, M. A. A.; LIMA, M. S. O. O Acesso a Medicamentos em Sistemas Universais de Saúde – Perspectivas e desafios. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S523.

FERREIRA, P. A. A. Efeitos do copagamento de medicamentos sobre a saúde no Brasil: evidências do programa Aqui Tem Farmácia Popular. **Revista do BNDES**, p. 67- 177, 2017.

JACINTO, V. L. G. **Benefícios do Programa Farmácia Popular do Brasil. Trabalho de conclusão de curso**, Rondonópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/37520/1/VERA.pdf.

MARTINS, U. L. Judicialização do direito à saúde: reflexão acerca do fornecimento de medicamentos não incluídos em atos normativos do SUS. **Revista de Direito Brasileira**. v. 24, n. 9, p.68-83, 2019. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5308/4777. Acesso em: 22 de outubro de 2025.

MATTOS, L.; SILVA, R.; CHAVES, G.; LUIZA, V. A assistência farmacêutica na atenção básica e o Programa Farmácia Popular: a perspectiva dos gestores públicos das esferas subnacionais do Sistema Único de Saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Brasil, v. 1, pág. 287–298, 2019. DOI: 10.1590/S0104-12902019170442. Disponível em: https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/160283. Acesso em: 15 de junho de 2025.

MORAES, R. M. DE.; DOS SANTOS, M. A. B.; VIEIRA, F. S.; DE ALMEIDA, R. T. Cobertura de Políticas Públicas e Acesso a Medicamentos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003898. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/6y3vBp63wcYz8F3mm6DjDMR/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 de agosto de 2025.

NUNES, K. D.; QUEMEL, F. DA S.; ALEXANDRE, M. M.; CEBRIAN, R. A. V.; BOLETA-CERANTO, D. DE C. F.; LOURENÇO, E. L. B.; HOSCHEID, J.; ZARDETO, G. Políticas Públicas De Medicamentos E A Relação De Medicamentos Essenciais. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, *[S. l.]*, v. 27, n. 1, 2023. DOI: 10.25110/arqsaude.v27i1.2023.9057. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9057. Acesso em: 22 out. 2025.

PASCHOALINO, P.; PARRÉ, J. L.; COSTA, Cássia; PLASSA, Wander; GOBI, José Rodrigo. Análise dos determinantes da utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 2–13, 2021. DOI: 10.21115/JBES.v13.n1.p2-13. Disponível em: https://www.jbes.com.br/index.php/jbes/article/view/141. Acesso em: 06 de agosto de 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/11/2025 - **Accepted:** 01/12/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/sawwnr97
Pages: 1-17

SANTOS-PINTO, C. D. B.; COSTA, N. DO. R.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. Quem acessa o Programa Farmácia Popular do Brasil? Aspectos do fornecimento público de medicamentos. **Ciênc. saúde coletiva** Vol. 16, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000600034.

SOUZA, P. G. DE; PUGLIESE, F. S.; ANDRADE, L. G. DE. O programa de farmácia popular e sua importância na atenção básica de saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** *[S. l.]*, v. 10, n. 5, p. 2752–2769, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i5.14003. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14003. Acesso em: 25 de julho de 2025.

SILVA, R. M. DA.; CAETANO, R. Programa "Farmácia Popular do Brasil": caracterização e evolução entre 2004-2012. **Ciência e Saúde Coletiva**, Vol. 1, 2015. DOI: 10.1590/1413-812320152010.17352014.

SIQUEIRA, I.; MOTA, N.; LIMA, G. Acesso A Medicamentos Por Portadores De Doenças Crônicas Não Transmissíveis Pelo Programa Farmácia Popular: Uma Revisão. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - SERGIPE**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 45, 2022. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/10801. Acesso em: 01 out. 2025.

TRINDADE, J. S. O fim da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil e o Princípio da Proibição do Retrocesso Social. **Caderno Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Vol. 7, 2018. DOI: 10.17566/ciads.v7i2.480

VERA, L. L.; CHAVES, L. A.; CAMPOS, M. R.; BERTOLDI, A. D.; SILVA, R. M.; BIGDELI, M.; ROSS-DEGNAN, D.; EMMERICK, I. C. M. Applying a health system perspective to the evolving Farmácia Popular medicines access programme in Brazil: **BMJ Global Health,** 2018. DOI: 10.1136/bmjgh-2017-000547.